

## 4

### O significado do terrorismo

Até então, o trabalho tratou de buscar uma conceituação de terrorismo que pudesse dar conta de englobar a diversidade de objetivos e contextos nos quais esse tipo de violência se manifesta e, ao mesmo tempo, definir sua especificidade em relação a outros modos de violência política, considerando que os autores estudiosos do assunto acabam por produzir diversas explicações de terrorismo, porque analisam isoladamente a atuação de determinados grupos que realizam tal prática em conjunturas distintas.

Partindo do reconhecimento do terrorismo como ato terrorista, fenômeno caracterizado por seu conteúdo político genérico e sua forma espetacular específica, cuja manifestação tornou-se possível somente devido às condições histórico-políticas próprias da contemporaneidade, foi ressaltada a desconexão entre esses seus dois aspectos fundamentais. Observou-se que a forma espetacular do terrorismo não propiciou historicamente a realização do seu conteúdo político. Por esse motivo, o exercício dessa violência sensacionalista pôde provocar a impressão de ser sem sentido.<sup>1</sup> Quando perde a sua legitimidade política, pela utopia de suas pretensões, o terrorismo aparece sobretudo como uso desnecessário da violência bruta e é acusado de ser pseudo-político. Se essa forma particular de violência existe para se efetuar enquanto conteúdo político, é flagrante a problemática situação em que se encontra para executar suas pretensões originais - o terrorismo tem dificuldade para atingir os objetivos políticos a que se propõe, ou seja, provocar transformações radicais na estrutura político-social. Ao descrever a sociedade do capitalismo tardio, lugar-tempo próprio do terrorismo, destacou-se a crescente descrença histórica nos eventos que pretendem promover alterações políticas abruptas e violentas, devido ao enraizamento da democracia e da via pacífica. Se nessa conjuntura histórica é perceptível que o terrorismo não tem muitas chances de se realizar politicamente conforme pretende; por esse motivo, não deve ser descartado como manifestação irracional e incompreensível. Este trabalho parte da suposição de que esse fenômeno assume um sentido político particular dentro da vida política contemporânea.

---

<sup>1</sup>Ressaltando a não-efetividade do terrorismo, Wellmer classificou-o como uma finalidade sem fim, isto é, uma atividade sem sentido que perde de vista seus objetivos políticos. Vide capítulo 2.

Apesar dessa dificuldade do terrorismo, no que diz respeito a não execução das intenções dos protagonistas - já que não é possível constatar casos históricos de transformações sociais instauradas por tal prática -, não se pode concluir necessariamente que a violência sensacionalista não se concretize enquanto fenômeno político. Mesmo considerando que o descompasso entre as intenções terroristas e as conseqüências de seus atos não encerra nenhum entendimento sobre o significado da manifestação, não convém deduzir sobre sua nulidade política.

Ora definido o núcleo duro do terrorismo, através do qual é possível detectá-lo conceitualmente, reflete-se acerca do caráter de tal acontecimento, com o propósito de procurar estabelecer o seu significado no quadro amplo da situação política atual. Para tanto, serão analisadas as possibilidades abertas pela divulgação de imagens de violência espetacular diante do público. Trata-se de avaliar o impacto dos atentados na esfera pública, tomando como base a relação entre os agentes e os receptores dos atos.

Supõe-se que se o terrorismo encontra empecilhos para promover a construção da novidade histórica, por outro lado, também não é possível considerá-lo como uma demonstração de afirmação da realidade do capitalismo tardio e, nesse sentido, abre-se a possibilidade de realização política da manifestação.

Aos espectadores acendem-se duas perspectivas acerca do terrorismo: os atentados podem ser consumidos como mercadoria visual e entretenimento ou podem desencadear um processo de reflexão. Portanto, a conexão entre agentes/atos/receptores provocada pela difusão das imagens dos atentados terroristas é ambígua. Por um lado, ela põe em evidência o grupo e chama a atenção mundial para suas causas. Quando um atentado-show acontece, as primeiras perguntas a serem respondidas são aquelas que questionam a autoria do ato e suas motivações; mas tais explicações já são oferecidas pela mídia, a mesma que divulga os atentados. Com isso, as imagens da ação terrorista podem ser vendidas ao consumidor-espectador como produto informativo, sem proporcionar qualquer questionamento por parte dos receptores. Dessa forma, o terrorismo teria

um caráter afirmativo em relação à indústria cultural que o produz e reproduz.<sup>2</sup> Por outro lado, é possível compreender negativamente a reprodução das imagens de violência. Nesse sentido, o espetáculo terrorista despertaria a capacidade de raciocínio, independente da informação midiática que acompanhasse a divulgação do evento. A veiculação técnica de imagens não banalizaria o motivo dos atentados; pelo contrário, somaria.<sup>3</sup>

Para entender tal possibilidade de efetividade política do terrorismo, deve-se analisar o caráter da condição política contemporânea, observando que qualquer tentativa de contrariar o Estado de direito por uma via que não seja o caminho democrático dificilmente terá a simpatia da opinião pública, pois será considerada ilegal e ilegítima. Assim, compreender o significado político do terrorismo é entender seu aspecto negativo em relação à normatividade existente.

Considerando essa possibilidade de realização negativa do terrorismo, avaliada pela produção de um efeito crítico nos espectadores, e compreendida como um núcleo de negação em relação às democracias capitalistas, o significado político do terrorismo manifesta-se às margens da concepção democrática. Por isso, se o terrorismo tem um significado político, esse certamente não será o mesmo de uma guerra tradicional, de uma revolução ou de uma guerrilha, onde há clareza sobre vencedores e vencidos e sobre sujeitos e objetos do uso da violência. Quando se constata que a política contemporânea quer banir o aparecimento de manifestações violentas ilegítimas, devido à afirmação da democracia e do humanismo, percebe-se que o terrorismo, fenômeno político baseado no exercício da violência, tende a aparecer como se fosse uma falsa política.

O entendimento do terrorismo requer uma desvalorização dos resultados concretos e imediatos da política, porque a repercussão efetiva dessa manifestação, em seu sentido negativo, é mais simbólica que prática. Desse modo, a tentativa de pensar o terrorismo pode se influenciar pelo impulso de explicá-lo sob a ótica pós-modernista, tal como vista em Baudrillard, segundo a qual, o terrorismo é um prolongamento da sociedade de massas hiper-real. Essa

---

<sup>2</sup>ADORNO, T.; HORKHEIMER, M., *A Indústria Cultural*. In: \_\_\_\_ *Dialética do Esclarecimento*, pp. 113-156.

<sup>3</sup>Considerando as imagens sob a perspectiva de Walter Benjamin acerca das relações de comunicação geradas pelo desenvolvimento tecnológico das sociedades de massas. BENJAMIN, W., *A Obra de Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica*. In: LIMA, L. (org.), *Teoria da Cultura de Massa*.

possibilidade de explicação aparece devido ao esvaziamento do caráter construtivo dessa atividade. Na medida em que o terrorismo encontra obstáculos estruturais para a instauração de novos projetos políticos, ele apenas reflete a espetaculosidade da sociedade sem se constituir como uma oposição concreta, funcionando como uma crítica simbólica ao sistema. Contudo, a violência utilizada como arma política, como meio para obtenção de fins outros, é um recurso próprio de uma política tradicional entendida em sua acepção de “relação de forças”.<sup>4</sup> A idéia de que a violência e o conflito são as bases geradoras da história e da política, a princípio, não tem nada de “pós-moderna”, pelo contrário, remonta à tradição pré-democrática ou pré-moderna, por isso cabe uma investigação a respeito da posição política do terrorismo dentro da sociedade contemporânea.<sup>5</sup>

Admitindo que o contexto reprodutivo da indústria cultural reduz o espaço para o exercício do pensamento crítico, característica fundamental do agir político, é possível compreender o papel de censor assumido pelo uso da violência sensacionalista - ela mesma, fundada na antiga idéia do conflito armado, atualiza politicamente este recurso ao combiná-lo com os meios técnicos de divulgação de massas.

#### **4.1** **A movimentação na esfera pública**

O denominado *efeito* do terrorismo, que representa o significado da manifestação na sociedade política contemporânea, não tem relação com a realização das intenções dos autores terroristas ou com a deflagração de qualquer tipo de libertação política - promoção de transformações políticas práticas. De fato, uma explicação sobre o sentido do terrorismo só pode ser buscada na análise histórica da situação política hodierna, na constatação da crescente afirmação da democracia com seus discursos pacifistas e da condição de espetaculosidade vigente na conjuntura do capitalismo tardio; e não propriamente nas

---

<sup>4</sup>Tradicionalmente, pensa-se política como construção ou conflito com vistas à futura edificação de projetos políticos. SCHMITT, C., *O Conceito do Político*.

<sup>5</sup>É neste sentido que François Furet relega o terrorismo à pré-modernidade. FURET, F., *Terrorisme et Democratie*. In: FURET, F.; RAYNALD, P.; LINIERS, A., *Terrorisme et Democratie*.

consequências práticas desencadeadas pelos atos. Assim, as manifestações de rejeição à violência sensacionalista e a declaração de guerra dos EUA ao terrorismo são resultados diretos dos atentados, e não explicam, por si só, o lugar que o terrorismo assume no mundo político atual.

Antes de prosseguir com a análise sobre possibilidade de um *efeito* negativo do terrorismo na contemporaneidade política espetacular, a atenção volta-se para os resultados materiais que o terrorismo alcança com sua atuação. Observa-se que, apesar da dificuldade de promover as transformações que pretende, o terrorismo acaba produzindo uma movimentação na esfera pública.

Tratando-se da verificação das implicações imediatas dos atos terroristas, pode-se notar que sempre desencadeiam algum tipo de reação, como a condenação da violência, a defesa dos direitos humanos e a perseguição dos culpados. Com exceção da recente declaração de guerra do governo norte-americano ao terrorismo, em geral o problema sempre foi tratado, principalmente nos países europeus, que contam com alto índice de atentados terroristas, como assunto referente ao âmbito da criminalidade. Percebe-se que a repressão ao terrorismo não fomenta sua promoção à categoria de inimigo político - embora na prática ele seja. As ações contra os atentados realizam-se com o mesmo rigor que o combate à criminalidade civil, ainda que existam leis especificamente antiterroristas. Somente após os atentados ao WTC em 2001, o terrorismo recebe o status de inimigo de guerra. É claro que se os EUA consideram o terrorismo uma ameaça política concreta, e a declaração de guerra a este inimigo invisível é considerada imprudente pela comunidade política internacional, por se tratar de um conflito distinto do previsto no entendimento de uma guerra tradicional, isso também se deve à permissividade que a luta contra o terrorismo instaura - a administração Bush pôde a partir de então estabelecer projetos de política externa sem necessitar de sanção minuciosa da opinião pública.<sup>6</sup>

Amedrontada pelo terrorismo, a sociedade civil acaba concedendo maior poder aos governantes de seus países para que apliquem uma política irrestrita de combate a tal violência. Maurício Rocha, em sua recente dissertação de mestrado, afirma que “Os atentados contra o *World Trade Center* e o Pentágono tiveram um

---

<sup>6</sup>Para Maurício Santoro Rocha, a reação americana desenvolvida pela idéia de guerra preventiva acabaria por legitimar os combatentes, pois radicalizaria a situação política - os aceitaria como inimigos políticos em combate. ROCHA, M., *O 11 de Setembro e a Doutrina Bush*, p. 26.

importante papel: amedrontaram a população americana, abrindo caminho para a implementação de uma agenda diplomática esboçada desde os anos 90”.<sup>7</sup> Desse modo, a situação instaurada pelo medo do terrorismo abre caminho para que se tornem viáveis projetos políticos que não se referem propriamente à resolução da conjuntura de pânico instaurada pelos atentados, mas sim, que ampliam a centralização de poder do executivo.

Nesse caso norte-americano, ao invés de estimular o pensamento crítico dos cidadãos ou implementar transformações sociais bruscas, o terrorismo colabora com o cumprimento das políticas em vigor. No entanto, de modo geral, a opinião pública, constituída desde o século XVIII como núcleo de legitimação das ações do Estado, reage de dois modos ao ser surpreendida pelo terrorismo: concedendo maior autoridade para que o Estado tome as devidas providências para a extirpação do problema, como no caso norte-americano, e mobilizando-se contra o terrorismo, mantendo sua autonomia em relação às atitudes dos governantes. Se houve concessões por parte da opinião pública à administração Bush, não significa que também não tenha havido manifestações contra as medidas governamentais posteriores aos atentados de 11 de setembro: nem todos os cidadãos americanos estiveram em concordância com as intervenções no Afeganistão e no Iraque. As recentes notícias de tortura e abuso de poder contra os presos iraquianos, por exemplo, provocaram um mal-estar na opinião pública norte-americana.

Afora o mapeamento minucioso das conseqüências práticas acarretadas pelos atentados terroristas nos Estados Unidos e em outros países, tarefa a qual este trabalho não se propõe realizar, é possível ressaltar, a partir dessa visível movimentação da esfera pública após a deflagração dos atentados, que o terrorismo atinge seu principal alvo, que é a sociedade civil enquanto instância política organizada. Assim, ainda que o terrorismo tenha dificuldade para realizar suas intenções revolucionárias, é inevitável perceber que o fenômeno acaba produzindo alguns outros resultados.

Conforme sugere Hector Luis Saint Pierre, o terrorismo tem em vista três tipos de vítima: a tática, que morre num atentado; a estratégica, indivíduo que permanece vivo para assistir ao ato; e a vítima política, o Estado. Evidenciando os

---

<sup>7</sup>Ibid., p. 22.

diferentes níveis em que se concretiza um atentado terrorista, Pierre torna perceptível o desenvolvimento gradual dessas emboscadas. Para o autor, o atentado terrorista se revela em três níveis, cuja tipologia das vítimas é correspondente: o nível tático, que indica o desenrolar da morte, da mutilação física; o nível estratégico, no qual se visa retirar a capacidade de força e resistência do inimigo; e o nível político, relativo à fragmentação do inimigo, desestruturação do Estado.<sup>8</sup>

O trabalho de Pierre comprova a relevância que a sociedade civil adquire para o desenvolvimento do mecanismo terrorista. Não há atentado sem vítima estratégica, pois é essencial a presença desse público convertido em espectador para que o atentado se realize. Sem platéia, o terrorismo perde sua razão de ser, apresentando-se como um outro tipo de violência política. Pode se tratar, por exemplo, de uma guerrilha, para a qual é mais importante atingir a execução dos alvos do que mostrar o espetáculo das cenas de violência. O terrorismo encontra o âmbito político quando afeta, não o Estado diretamente, mas seu núcleo de legitimação, a esfera pública.

A coincidência entre espaço político e esfera pública afirma-se no limiar da modernidade. Desde então, o setor considerado privado, no qual eram discutidos os problemas íntimos, desenvolveu-se criticamente em oposição ao poder público propriamente dito - a autoridade estatal.

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. Graças à mediatização dela, esse conjunto de experiências da privacidade ligada ao público também ingressa na esfera pública política.<sup>9</sup>

Esse processo está relacionado ao caráter de publicidade assumido pela modernidade. O homem moderno é sobretudo um homem público. Politicamente, o que se afirma no século XVIII é a capacidade de legitimação da opinião pública. Conforme a antiga análise de Habermas, forma-se um contexto comunicativo, no qual os indivíduos privados discutem a validade das normas vigentes.

---

<sup>8</sup>SAINT PIERRE, H., *A Guerra de Todos contra Quem? A necessidade de definir "terrorismo"*.

<sup>9</sup>HABERMAS, J., *Mudança Estrutural na Esfera Pública*, p.68.

Ao compreender que um atentado está dirigido contra a sociedade civil enquanto instância política; deve-se investigar o caráter dessa “vítima estratégica” do terrorismo. A veia de acesso do terrorismo ao mundo político isolado por mecanismos legais é o espaço comum entre os indivíduos - no âmbito televisivo se encontram e se chocam a democracia e o terrorismo, já que ambos falam ao mesmo público. É nesse sítio que se misturam entretenimento, informações, explicações, eleições e atentados.

Entretanto, se o terrorismo visa, através do seu desempenho formal, atingir o domínio público com o intuito de provocar a desestruturação do Estado e garantir validade para suas próprias operações, a movimentação na esfera pública não garante qualquer aprovação de suas práticas ou coloca em cheque a virtude do Estado. Em termos práticos, observa-se que o terrorismo, pelo menos até então, consegue “apenas” desencadear a euforia pública. Mesmo no caso norte-americano, sobre o qual seria possível supor que os atentados de 11 de setembro foram responsáveis pelo acirramento dos ânimos, acarretando desentendimento na sociedade civil e política, isso não significa que o projeto terrorista tenha alcançado a vitória propriamente dita.

Ocorre que o terrorismo lança sobre a esfera pública discursiva o elemento violento, deixando aos espectadores, às “vítimas estratégicas”, o legado do medo. O nome terrorismo vem desse pavor descontrolado que o atentado gera, principalmente, entre a população civil, seu alvo direto. A aleatoriedade das vítimas cria a situação de instabilidade e insegurança que pode tornar insustentável a manutenção de um espaço público político ativo, caso as controvérsias ultrapassem o nível democraticamente aceitável e haja excessiva acumulação de autoridade. No entanto, tratando-se das conseqüências práticas do terrorismo, não é possível constatar, até o momento, avanços que realmente ameacem a legitimidade ou o poderio do Estado de direito. Isso torna plausível a idéia de que a *efetividade* da violência espetacular não aparece no plano construtivo, isto é, não se refere à afirmação de projetos políticos, mas sim, no domínio negativo, como contestação simbólica da ordem vigente.

Desse modo, cabe investigar as possibilidades abertas pelo terrorismo àqueles que assumem lugar de público diante do espetáculo, pois o terrorismo, como denuncia a análise da movimentação da esfera pública, se desenrola justamente na recepção do ato.



## 4.2 Diante do espetáculo

Dissertar sobre o caráter da repercussão das imagens dos atentados é atender à exigência formal do terrorismo, já que ele mesmo é um recurso imagético. Com isso não se pretende colocar em questão a realidade dos fatos. O proposto é tentar compreender a natureza do impacto da divulgação das imagens de violência, sem a intenção de substituir o dado pela imagem do dado. Desse modo, há um distanciamento entre a perspectiva aqui presente e as análises que privilegiam o exame das imagens desconsiderando a conjuntura político-social em que as mesmas aparecem e com a qual interagem. Em Baudrillard, a supervalorização estética dos atentados denuncia o destaque concedido à recepção dos espectadores. Nesse caso, como denunciado por Mattéi, o terrorismo é explicado exclusivamente a partir da ótica dos espectadores, como se fosse simplesmente uma questão de imagens espetaculares.<sup>10</sup> Não se trata, como sugere a perspectiva de Baudrillard, de confundir real com hiper real, ainda que a realidade do atentado permaneça encoberta pela re(a)presentação midiática que torna tudo semelhante: um atentado-show e um filme hollywoodiano aparecem lado-a-lado no pacote informativo. Se, grosso modo, é possível estabelecer analogias entre a violência terrorista e a violência ficcional, isso se deve ao fato do atentado violento se manifestar na esfera do espetáculo e ser “vendido”, tal como a ficção, como entretenimento. No entanto, apesar das semelhanças, a distinção entre as cenas de violência reais e as ficcionais deve ser mantida.<sup>11</sup> No caso do atentado, apesar da mediação das câmeras e das pretensões deformadoras da mídia, que contribuem para a construção de uma imagem, de algum modo, sempre deturpada, nunca se perde o caráter de verdade, sabe-se que as pessoas atingidas no atentado realmente morreram. Enquanto, na situação ficcional, as cenas são veiculadas como algo que não ocorreu de fato; sem falar na própria diferença técnica, referente aos recursos

---

<sup>10</sup>Para compreender a crítica de F. Mattéi sobre Baudrillard ver capítulo 2. Baudrillard acredita que “a violência não abre a porta do real”, pois real e ficção são inextricáveis, dada a “impossibilidade de distinção entre o espetacular e o simbólico”. BAUDRILLARD, J., *Power Inferno*.

<sup>11</sup>Note-se que a permanência do real não está sendo colocada em xeque, mesmo que seja possível compreender a perda da noção de realidade dentre aqueles que vivenciaram a experiência terrorista. Susan Sontag relata que as pessoas que vivenciaram o “11 de setembro” tiveram a impressão de estar dentro de um filme ou um sonho. A autora ressalta que a divulgação das imagens pode transmitir a sensação de realidade para quem não está vivenciando o horror, mas lembra que aqueles que estão experimentando a violência, muitas vezes, não conseguem enxergar a realidade do fato. SONTAG, S., *Diante da Dor dos Outros*, p. 23.

e à montagem das cenas. Portanto, se o enfoque da divulgação de imagens requer um exame de possibilidades sobre seus efeitos no público espectador, no que diz respeito às cenas de violência no terrorismo, a exigência latente é a de focar a relação entre ator/ato/receptor. Mesmo que a imagem ganhe uma espécie de vida própria com a sua aparição, considerando os diversos usos que podem ser feitos da imagem, sua existência deve-se a um dado real do qual nunca é desconectado completamente, por isso tanto os motivos pelos quais a violência é perpetrada, como suas conseqüências destruidoras imediatas não podem ser esquecidas.

Sem perder de vista essa lógica entre intenções/fatos/conseqüências, ou seja, sem supervalorizar a ótica dos espectadores como faz Baudrillard, investiga-se a possibilidade de efetividade do terrorismo proporcionada pela transmissão das imagens, considerando que os resultados das ações terroristas, como os de qualquer ação intencional, não são necessariamente a realização dos objetivos pretendidos pelos sujeitos que as desencadeiam. No caso das imagens de violência sensacionalista, os efeitos produzidos pelas cenas não estão sob controle dos terroristas, tal como “As intenções dos fotógrafos não determinam o significado da foto, que seguirá seu próprio curso ao sabor dos caprichos e das lealdades das diversas comunidades que dela fizerem uso”.<sup>12</sup> Lembrando que notar a impossibilidade de controle do processo por parte dos agentes não significa esquecer os motivos pelos quais os atos são cometidos.

O significado do terrorismo, tendo sido compreendida sua estrutura funcional, só se desvela no contato entre terroristas e receptores, ou seja, no momento da manifestação pública dessa violência; quando se torna visível a movimentação política na esfera pública - aí é possível visualizar o funcionamento do terrorismo desenrolando-se entre seus três elos. A partir da idéia de que o significado de negatividade do fenômeno pode ser demonstrado nesta instância do espectador, examinam-se as distintas possibilidades de recepção dos atos, isto é, as possíveis reações do público diante das imagens de violência terrorista.

“Tornou-se um clichê da discussão cosmopolita em torno de imagens de atrocidade supor que elas produzem um efeito reduzido e que existe algo

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 36.

intrinsecamente cínico acerca da sua difusão”.<sup>13</sup> Susan Sontag trata, desde seu primeiro trabalho sobre a fotografia, da ambigüidade da difusão das imagens de violência, que ao mesmo tempo podem estimular a realização de ações solidárias e atrofiar a solidariedade. As imagens tornam um fato mais real, pelo contato ilustrativo que promovem com o dado, mas também contribuem para que qualquer acontecimento seja menos real por sua superexposição imagética. Em 1977, a autora acreditava que as fotografias de violência tinham capacidade de incitar ações.

Nesse seu antigo trabalho sobre a fotografia, Sontag compartilha do raciocínio de que é possível provocar o desencadeamento de ações na esfera pública através da manipulação de imagens de violência. Sua posição estaria, nesse sentido, próxima da dos terroristas, que supunham poder provocar transformações radicais na estrutura sócio-política através do exercício da violência sensacionalista. O que é comum a Sontag e aos terroristas é a idéia moderna, tipicamente vanguardista, de que por uma superestimulação “exterior” uma sociedade pode se movimentar em prol de determinadas causas.<sup>14</sup>

No entanto, em seu ensaio mais recente sobre o assunto, a autora questiona suas conclusões anteriores, e mostra-se mais cética quanto à competência criativa das imagens, assumindo que elas “não podem ser mais do que um convite a prestar atenção, a refletir, aprender, examinar as racionalizações do sofrimento em massa propostas pelos poderes constituídos (...) Tudo isso com a compreensão de que a indignação moral, assim como a compaixão, não pode determinar um rumo para a ação.”<sup>15</sup>

A descrença de Sontag diante da capacidade indutiva das imagens pode ser relacionada ao malogro das pretensões terroristas analisado anteriormente. Grosso modo, isso que ela expressa em sua obra mais recente é o mesmo ponto destacado por este trabalho com relação à propaganda terrorista: que a promoção da violência sensacionalista pela sua divulgação midiática dificilmente pode promover o desenrolar de transformações políticas. A autora também percebe a

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 92.

<sup>14</sup> A intenção não é de forma alguma desmascarar o lado terrorista do pensamento da autora. Deve-se, inclusive, lembrar que Sontag não fala especificamente da pretensão terrorista de usar a exibição das imagens como arma política, tratando o tema da apresentação pública de fotografias de guerra e violência através de uma abordagem geral.

<sup>15</sup> Ibid., p. 97.

ingenuidade de apostar na competência estimulante da exposição de imagens de violência. Tal como foi destacada a dificuldade do terrorismo de alcançar transformações abruptas através da violência e da superexposição pública dos atentados, também Sontag, sem se referir especificamente ao terrorismo, reconhece o caráter de imobilidade presente na recepção das imagens de violência. Ainda que permaneça apostando numa aptidão excitante da exibição dessas fotografias como um convite à reflexão.

Assim, num esforço análogo ao da autora, a investigação deste trabalho direciona-se no sentido de buscar o significado da apresentação das imagens de violência espetacular pelo terrorismo no plano da recepção pública dos atentados, mesmo que possa ser constatada a ausência de transformações radicais provocadas por esses atos. Se Sontag recua ao tratar do poder das imagens na conjuntura atual, amenizando sua capacidade de provocar reações que movimentem a esfera política e social, admite-se aqui, sobre o terrorismo, que apesar de sua frustração quanto às intenções, é possível vislumbrar um outro modo de *efetividade*. Da avaliação da desconexão entre as motivações do terrorismo e a difusão das imagens que promove, passa-se à busca pelo significado de tal manifestação; e nota-se que sua expressão está distante dos anseios iniciais que impulsionam os atos. Pois se ainda é plausível falar em uma concretização do terrorismo, outra que não aquela almejada pelos terroristas, é necessário notar que essa efetividade, ou possibilidade de efetividade, não tem significado audacioso por não cumprir alterações políticas radicais.

Descartando a consumação da aptidão incitante das imagens, Sontag não desconsidera a validade de estimulação das mesmas, defendendo a competência reflexiva que a exposição de cenas de violência real pode proporcionar no espectador. Conforme o raciocínio da autora, mesmo que as pessoas não apóiem nenhuma revolução; ao entrar em contato com imagens chocantes de violência, essas fotografias convidam o público a pensar.

A difusão de imagens de violência pode funcionar como um convite ao pensamento, se estiverem abertas as condições de exercício de reflexão. O caráter impressionante dos atentados terroristas é constituir-se como parte da engrenagem do mundo contemporâneo, considerando que a televisão exibicionista se alimenta de material desse gênero, e, ao mesmo tempo, manifestar-se como algo singular, que está às margens da sociedade ocidental civilizada. Por um lado, as imagens

têm a capacidade de afirmar o presente político-social porque não se destacam do contexto consumista da sociedade hodierna e alimentam sua carência de entretenimento - categoria bizarro. Por outro, podem suscitar um problema teórico para a esfera pública, pelo fato de colocarem em questão os valores da sociedade democrática. Isso ocorre se houver reflexão suficiente por parte dos espectadores, se a violência incentivar o pensamento.

O acesso aos eventos é de antemão vetado pela indústria cultural quando os atentados são apresentados como imagens editadas, cuja explicação e interpretação são vendidas ao público. Neste caso, o terrorismo, por ser propriamente espetacular e imagético, é recebido pelos espectadores como notícia jornalística. Quando são apresentadas as imagens dos atos, estas sempre já aconteceram, pois a divulgação midiática é sempre posterior à realização da violência. As edições promovidas pelas redes de informação não deixam espaço para que o receptor tenha qualquer sensação singular ao assistir aos ataques - as cenas de violência explícita não chocam ninguém; a notícia de um atentado nem conta mais com o “status” de novidade.

Segundo a perspectiva de Adorno, a indústria cultural efetua para o espectador aquele esquematismo necessário ao pensamento tal qual o concebeu Kant, não permitindo que se realize uma função propriamente subjetiva. “A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria”.<sup>16</sup> Se o sujeito recebe o produto final do pensamento com “layout” midiático, seu raciocínio não é estimulado, sua capacidade crítica não é exercida. É nesse sentido - pelo domínio geral da forma-mercadoria - que é possível a analogia entre real e ficção; ocorrendo a recepção de imagens, em ambos os casos, sem a produção do entendimento pelo espectador. As imagens dos atentados são recebidas pelo público como mercadorias a serem consumidas e, salvo a diferença tipológica entre produtos (ficção, notícia, educação, etc), assistir a atentados terroristas pela televisão ou pelo jornal pode causar o mesmo efeito produzido por qualquer outra imagem apresentada pela indústria cultural, uma vez que a edição das cenas vende ao espectador a compreensão do evento. Já está implícito o juízo

---

<sup>16</sup>ADORNO, T.; HORKHEIMER, M., *A Indústria Cultural*. In: \_\_\_\_ *Dialética do Esclarecimento*, p.117. “Para o consumidor não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção.”

sobre a anormalidade da atividade terrorista ao serem transmitidas as imagens dos atentados. Não é permitido ao sujeito colocar em questão as informações que recebe; pensar se esse tipo de violência é política ou não; se a causa é legítima ou qual o seu significado na sociedade democrática. A divulgação de um atentado realiza-se concomitantemente à sua condenação, e isso não é percebido pelo espectador, que pensa estar julgando livremente o fato como “um atentado à sociedade democrática”. A informação é um “pacote”; ao espectador só resta absorvê-lo, concordar com seu conteúdo.

Quando é divulgado pela mídia, o atentado perde a possibilidade de se efetivar porque não está aberto à livre interpretação - não há comunicação direta entre atores e receptores; imagem e pensamento têm uma trajetória traçada antecipadamente. A singularidade das imagens de violência terrorista é vendida como evento político ilegítimo. Qualquer particularidade dos atos é restringida à sua semelhança com produtos midiáticos.

Portanto, divulgar as imagens dos atentados não é o mesmo que permitir a compreensão de seu sentido: nem as idéias dos autores terroristas alcançam entendimento, nem as cenas de violência, por si só, produzem algum *efeito*. O terrorismo corre mais risco de não se comunicar com o público, porque utiliza justamente os veículos de comunicação; funciona como espetáculo por fazer uso da lógica racional tecnológica da sociedade de massas - é vendido como mercadoria quando adquire evidência.

O fluxo de imagens carrega tudo; outra pessoa comanda a seu bel-prazer esse resumo simplificado do mundo sensível, escolhe aonde irá esse fluxo e também o ritmo do que deve aí [se] manifestar, como perpétua surpresa arbitrária que não deixa nenhum tempo para reflexão, tudo isso independente do que o espectador possa entender ou pensar. Nessa experiência concreta da submissão permanente encontra-se a raiz psicológica da adesão tão unânime ao que aí está, ela reconhece nisso, *ipso facto*, um valor suficiente. O discurso espetacular faz calar, além do que é propriamente secreto, tudo o que não lhe convém. O que ele mostra vem sempre isolado do ambiente, do passado, das intenções, das conseqüências.<sup>17</sup>

É possível, no entanto, pensar a divulgação de imagens dos atentados pela mídia num outro sentido, mais próximo daquele que se mostra na reflexão benjaminiana sobre a questão da obra de arte na sociedade industrial. O autor faz uma análise sobre a técnica cinematográfica e o impacto chocante que a sucessão

---

<sup>17</sup> DEBORD, G., *A Sociedade do Espetáculo*.

de imagens - a desconexão - pode promover no espectador: “a sucessão de imagens interdita toda associação no espírito do espectador. É disto que decorre sua influência traumatizante; como tudo o que choca, o filme não pode ser captado senão graças a um esforço mais intenso da atenção”.<sup>18</sup> É de modo análogo que assistir a um atentado pode promover a capacidade crítica do espectador; ou seja, quando o evento é re(a)presentado como uma sucessão de imagens desconexas, perante as quais a mente não consegue estabelecer nenhuma explicação. Se as imagens que constituem um atentado impressionarem o público, a ponto de não fazer sentido qualquer esclarecimento da mídia, de não ser convincente a mensagem informativa a respeito do ato, o sujeito-espectador pode vivenciar uma situação singular na sociedade industrial de massas, pois será obrigado a refletir por si só sobre o fato - o choque espetacular o despertará do transe do espetáculo.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, um novo tipo de divulgação do terror fez-se presente, além do fato de se tratar de atos inigualáveis, por atacarem a grande potência mundial: foi o único atentado da história transmitido ao vivo para todo o globo.

A presença das câmeras e da mídia também foi nova, transmitindo o local do evento simultaneamente para o globo e tornando testemunha toda a população do mundo. Talvez o 11 de Setembro possa ser entendido como o primeiro evento histórico mundial no sentido estrito: o impacto, a explosão, o lento colapso - tudo que não era mais Hollywood, mas, antes, a horrível realidade, literalmente tomou lugar frente ao olhar universal de testemunha do público global.<sup>19</sup>

Quando o ataque à segunda torre gêmea foi visto em tempo real - tendo em vista o transtorno de informações e os desencontros a respeito do ocorrido, as tentativas frustradas de compreensão instantânea da mídia para a apresentação e explicação aos espectadores -, parece ter havido a abertura de um espaço para o livre pensar; a possibilidade de desencadear reações críticas à apresentação de imagens desconexas. A singularidade desse atentado foi que conseguiu se

<sup>18</sup>BENJAMIN, W., *A Obra de Arte na Época da sua Reprodutibilidade Técnica*. In: LIMA, L (org.), *Teoria da Cultura de Massas*, p.238.

<sup>19</sup>HABERMAS, J., *Fundamentalism and Terror*. In: BORRADORI, G. *Philosophy in a Time of Terror. Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*, p. 28 “The presence of cameras and of the media was also new, transforming the local event simultaneously into a global one and the whole world population into a benumbed witness. Perhaps September 11 could be called the first historic world event in the strictest sense: the impact, the explosion, the slow collapse - everything that was not Hollywood anymore but, rather, a gruesome reality, literally took place in front of the ‘universal eyewitness’ of a global public”.

apresentar a todos, inclusive às agências de informação, como um evento inédito e inesperado, aparecendo como espetáculo e, ao mesmo tempo, como estímulo à produção de pensamento crítico. O terrorismo realizou-se através de imagens espetaculares de violência que promoveram a possibilidade de colocar em perspectiva a normatividade social - essa realização é caracterizada pelo *efeito* negativo. Na medida em que foi possível colocar em suspenso as respostas esquematizadas que faziam parte das imagens apresentadas pelo espetáculo, o atentado chegou ao público como mercadoria (televisiva), mas não propriamente como um produto, o que permitiu a absorção do ato numa perspectiva não condicionada. Os próprios meios da sociedade capitalista avançada teriam permitido a divulgação das imagens do atentado, pois “a técnica pode transportar a reprodução para situações nas quais o próprio original jamais poderia se encontrar (...) ela permite sobretudo aproximar a obra do espectador ou do ouvinte.”<sup>20</sup>

A reprodução das imagens é fundamental para a realização do *efeito* negativo; de fato, este somente é possível se houver a câmera proporcionando a re(a)apresentação da cena juntamente com o espaço para a reflexão do espectador - se a disputa pelo poder de controlar o real, através da manipulação de imagens estiver anulada. Uma pessoa que tenha presenciado um atentado-show terá impressão diferente daquela que assistiu às imagens pela televisão; isto é explicável pelo fato de a primeira ter tido contato real com o evento, vivenciado a experiência de horror que qualquer relação com a violência descomedia proporciona, e a segunda ter recebido através da tela de um aparelho as imagens do atentado. Nesse último caso, instaura-se a situação “ótima” para se assistir ao terrorismo: a distância proporcionada pela câmera elimina o risco de vida do espectador, permitindo-lhe um estado de “despreocupação” próprio para o exercício do pensamento. Se estivesse no local do evento, por outro lado, a principal questão seria se salvar. “É bastante claro, conseqüentemente, que a

---

<sup>20</sup>BENJAMIN, W., *A Obra de Arte na Época da Reprodutibilidade Técnica*. In: LIMA, L. (org.), *A Teoria da Cultura de Massas*, p.313. Não se trata de pensar o terrorismo como obra de arte - como sugerido por Stockhausen a respeito do 11 de setembro. As analogias feitas ao texto de Benjamin partem desse pressuposto. O que importa são as considerações do autor sobre a técnica e sua capacidade de aproximar, no caso, obra e público. Suas análises são interessantes para este trabalho justamente porque a preocupação sobre o significado do terrorismo deve levar em conta a relação entre atentado e público, que acontece sob a forma de imagens, via mídia - i. e., técnica.



natureza que fala à câmera é inteiramente diversa da que se dirige aos olhos”.<sup>21</sup> A sucessão de imagens de um atentado na tela, sem que estejam sendo processadas e editadas pela mídia politicamente intencionada, permite a comunicação direta entre imagem e público.

Somente pelo jogo entre aproximação e distanciamento engendrado pela câmera, o espectador pode experimentar o “choque” diante do terrorismo, tendo a necessidade de compreender o evento, mas não conseguindo fazê-lo de fato. Este tipo de compreensão seria o próprio processo da reflexão crítica sobre um atentado: o sujeito não receberia pronto o esquema informativo da indústria cultural, mas também não o fecharia completamente; por haver algo no terrorismo, ou na própria violência intensa, que é sempre ininteligível.

Dada tal situação de espectador confortável, constatada no caso dos atentados ao WTC, situação que permite assistir a atentados tendo como mediação a técnica que não manipula as imagens, estão abertas as condições para um tipo de realização do terrorismo. A situação singular tornou propícia a reflexão dos espectadores, em geral, vetada pela sociedade espetacular: o atentado terrorista é um evento excepcional sobre o qual o pensamento não consegue estabelecer nenhum esquema. Por isso as regras normativas não são suficientes para considerá-lo e é necessário um esforço reflexivo que se inicia pela perspectivação da própria sociedade contemporânea - como a questão do atentado é o uso da violência, o que está em xeque é o jogo democrático.<sup>22</sup>

Se o terrorismo encontra dificuldades para alcançar seus objetivos políticos, dado o predomínio aparente que a forma espetacular do fenômeno adquire ao ser apresentado pela mídia, pela qual é vendido como mercadoria, quando é aberta a possibilidade de realização do terrorismo, isso não acarreta maior probabilidade para o sucesso das suas motivações transformadoras porque esse *efeito* que tem a capacidade de produzir é negativo. Mesmo que haja espaço para a reflexão acerca

---

<sup>21</sup>Ibid., p.234.

<sup>22</sup>Ter a possibilidade de refletir, colocando em perspectiva a sociedade democrática, não significa concordar com o terrorismo e condenar o capitalismo ou a democracia, mas apenas, ter a oportunidade de questionar a validade de todos os pressupostos políticos. Não se está negando aqui a ausência de ética implícita a qualquer atentado terrorista, onde civis são mortos indiscriminadamente. A tentativa de compreender o terrorismo não se dá de forma alguma em moldes apologeticos, somente a constatação do fato permite a busca pelo entendimento do seu aparecimento na sociedade contemporânea. Trata-se de uma tentativa de compreensão análoga à experiência do sublime kantiano: a de um sujeito que, perante uma situação incompreensível, não consegue fechar um esquema para o entendimento.

do terrorismo, de modo que os espectadores tirem suas próprias conclusões a respeito do assunto e não sejam conduzidos por qualquer interpretação sobre o tema, isso não significa propriamente a diminuição do índice de rejeição ao terrorismo e, tão pouco, o desaparecimento dos obstáculos estruturais que dificultam sua concretização revolucionária.<sup>23</sup>

A *efetividade* do terrorismo exemplificada pela possibilidade de instigar o pensamento crítico do público receptor das imagens desconexas de violência não desencadeia necessariamente nenhum processo de transformação política. Isso ocorre de modo que a realização do terrorismo não significa a realização dos “fins políticos”, em sentido afirmativo, como construção de projetos políticos, mas sim em caráter negativo, como destruição de vidas e símbolos da sociedade vigente. Entretanto, os atentados terroristas, ao assumir posição negativa na conjuntura política contemporânea, não se desligam do seu horizonte de expectativas. Conjecturando que a via para o sucesso dos atentados move-se em dois estágios - o do ataque destruidor e o da realização afirmativa dos objetivos determinados -, nota-se que diante da espetaculosidade do sistema do capitalismo tardio, há maior probabilidade de efetividade do terrorismo no âmbito inerte do pensamento e da reflexão crítica, dada a dificuldade de ultrapassagem do seu momento de negatividade. Analogamente à perspectiva de Sontag, segundo a qual as imagens de violência têm a capacidade de despertar a atenção e o exame, mas não o poder de promover ações diretas, nota-se que o terrorismo realizado através da difusão de imagens de violência, pode instigar a reflexão do público e ter um significado negativo em relação à normatividade vigente, mesmo que não desencadeie a atuação política prática ou não funcione como afirmação de um determinado projeto político.

### 4.3 O significado do terrorismo

A *efetividade* política do terrorismo não está diretamente relacionada à instauração de novas formas de organização social, dado que o próprio horizonte da novidade perde forças na contemporaneidade, mas sim à possibilidade de

---

<sup>23</sup>O atentado é considerado um ato ilegal, um ataque ao Estado e à humanidade como um todo por desrespeitar normas de direito internacional e atacar civis indiscriminadamente.

desconstruir simbolicamente o presente político, que se apresenta como realização da história. O terrorismo permanece como resistência ao sistema que se quer eterno. Sem perder suas pretensões revolucionárias, o terrorismo não se efetiva propriamente como alternativa ao sistema vigente, mas como núcleo de negação da estrutura social existente. Enquanto diminui, de modo geral, a oposição armada aos regimes capitalistas democráticos, o terrorismo persiste como relutância cega. Se é possível notar o caráter presentista adquirido pelo terrorismo, considerando que essa concretização da negatividade não aparece necessariamente como uma afirmação em relação ao futuro, também não se pode deixar de observar a conservação das suas pretensões originais, lembrando que suas intenções mantêm a perspectiva transformadora. Retomando o cenário político encerrado pelo enfraquecimento do movimento estudantil do final da década de 1960, constata-se o esvaziamento da política de vanguarda. Após a queda da União Soviética tornou-se extremamente difícil pensar numa alternativa política ao sistema capitalista, de modo que a possibilidade de construir um futuro novo diminuiu consideravelmente. Diante de tal situação, a política contemporânea encontra-se praticamente atada à idéia de democracia.

Essa crescente afirmação do capitalismo dá um certo grau de veracidade às suposições pós-modernas, pois como ressaltou Perry Anderson sobre os trabalhos de Callinicos e Eagleton, há uma alguma razão na relação entre o contexto inicial do que se denomina pós-modernismo à experiência do esvaziamento, do “cancelamento das alternativas políticas”.<sup>24</sup> Para Callinicos, “Essa conjuntura - a prosperidade da nova classe média ocidental combinada com a desilusão política de muitos dos seus integrantes mais articulados - fornece o contexto para a proliferação do discurso pós-moderno”.<sup>25</sup> Evidentemente, essa analogia só faz sentido se admitirmos, conforme Jameson, que o pós-modernismo aflora na lógica cultural do capitalismo tardio, quando “o processo de modernização está completo”. “As representações utópicas tiveram um extraordinário revival nos anos 60, e a compensação por seu fracasso político, a questão da Utopia deveria

---

<sup>24</sup> ANDERSON, P., *As Origens da Pós-Modernidade*, p. 70.

<sup>25</sup> CALLINICOS, *Against PostModernism*. Apud ANDERSON, P. Ibid.

ser o teste crucial do que restou de nossa capacidade de imaginar qualquer tipo de mudança”.<sup>26</sup>

O progressivo consenso em torno da democracia causa a impressão de que a humanidade alcançou o último estágio de desenvolvimento no que se refere ao modo de resolução de conflitos. Mas o discurso pós-moderno de fim da história não admite o lugar da resistência terrorista, que contraria essa suposta concretização.

Abordar a questão da pós-modernidade é conveniente para ressaltar o estreitamento do fazer político contemporâneo, que assumindo seu estado democrático e não-violento, coloca à margem do processo todo tipo de manifestação que não se submete ao seu rigor.

Mesmo sem haver concordância sobre a conceituação de pós-modernidade e sua aparência histórica, sempre que se trata do tema há referência à idéia de presentificação - fim da história, fim das grandes narrativas. O pretendido não é concordar com a sentença pós-modernista sobre fim da história, nem dizer que a democracia é o fim da história, mas destacar a situação em que aparece o terrorismo - momento de esvaziamento das alternativas ao sistema dado o fortalecimento das democracias capitalistas e seu discurso pacifista - ressaltando a dificuldade de sua realização como projeto afirmativo e sua persistência como *efetividade* negativa.<sup>27</sup>

Se neste contexto do capitalismo avançado pode-se observar o esvaziamento das manifestações de oposição ao sistema, notando o enfraquecimento de revoluções e guerrilhas desde o final da década de 1960, é justamente aí que se

---

<sup>26</sup>JAMESON, F., *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*, pp. 14-19. Diferentemente de Jameson, Lyotard e Habermas não propõem uma aparência histórica para o aparecimento do pós-modernismo, ainda que o discurso do primeiro trate do advento da pós-modernidade como fim da grande narrativa, acreditando que o socialismo tenha sido a última narrativa grandiosa. Como Agnes Heller expressa em “A Condição Política Pós-moderna”, há a compreensão de que a pós-modernidade “não é nem um período histórico nem uma tendência cultural ou política de características bem definidas. Pode-se ao invés disso entendê-la como o tempo e o espaço mais amplo da modernidade, delineados pelos que têm problemas com ela e interrogações a ela relativas (...)”. HELLER, A., *A Condição Política Pós-Moderna*, p.11. LYOTARD, F., *O Pós-Moderno*. HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*.

<sup>27</sup>ANDERSON, P., *As Origens da Pós-Modernidade*, p. 73. Considerando que a pós-modernidade se caracteriza “não apenas como novidade com relação ao moderno, mas também como dissolução da categoria do novo, com a experiência de fim da história (...)”. Destacar a presença do discurso pós-moderno não significa dizer que a democracia é o fim da história, nem que a contemporaneidade é pós-moderna, mas sim que os sistemas capitalistas democráticos se apresentam como se fossem a realização da história - pelo menos no âmbito político, tudo se passa como se a expectativa diante do futuro tivesse desaparecido; como se o discurso pós-moderno do presentismo e do fim da história descrevessem a realidade.

pode destacar o florescimento do terrorismo. A partir de então, a noção de que a violência pode desencadear transformações políticas na sociedade assume uma nova forma e o fenômeno político agregado às práticas guerrilheiras se emancipa na espetaculosidade da violência. Sua existência, entretanto, torna-se cada vez mais especializada e incongruente porque preserva sua pretensão reveladora e, ao mesmo tempo, desenvolve sua capacidade espetacular. Aos olhos do mundo político hodierno o conteúdo e a forma do terrorismo não são condizentes entre si, de modo que a contemporaneidade tem dificuldade para enxergar simultaneamente seu caráter político e sua manifestação espetacular. Assim, a novidade terrorista encontra obstáculos estruturais para funcionar tal como pretende. Isso que poderia ser entendido como uma frustração, no entanto, guarda a única realização que lhe parece possível: a negatividade do sistema.

Mesmo que o terrorismo não se constitua como alternativa ao capitalismo e à democracia, sua persistente resistência lhe conserva o lugar de núcleo negativo que não permite a realização da suposta sentença contra a história.<sup>28</sup> Neste sentido, pode-se perceber que apesar do terrorismo ter dificuldade para alcançar com sucesso seus objetivos iniciais de promover grandes transformações políticas, o fenômeno adquire um outro significado político quando compreendido mais como negação que como afirmação.

“Novos pólos de identificação oposicionista surgiram no período pós-moderno: sexo, raça, ecologia, orientação sexual, diversidade regional ou continental”. Com essa constatação, Anderson ressalta a permanência das atitudes de contestação diante da sociedade organizada, embora destaque a variação no caráter da rebeldia hodierna. Em relação às alternativas modernas, que se contrapunham em sua totalidade ao sistema político vigente, a oposição política na contemporaneidade assume formas “microfiscas” ou se estabelece dentro da própria rede jurídico-política. Admitindo, como Anderson, que “o pós-moderno foi uma sentença contra ilusões alternativas”, Agnes Heller descreve a situação

---

<sup>28</sup>Lembrando que constatar o significado político do terrorismo não é o mesmo que concordar com esse recurso como um meio político. Não se trata de legitimar o terrorismo, mas notar o seu lugar no mundo contemporâneo. HABERMAS, J., *Fundamentalism and Terror*. In: BORRADORI, G., *Philosophy in a Time of Terror. Dialogues with Jürgen habermas and Jacques Derrida*, p. 35 “The spiral of violence begins of a distorted communication that leads through the spiral of uncontrolled reciprocal mistrust, to breakdown of communication. If violence thus begins with distortion in communication, after erupted it is possible to know what has gone wrong and what needs to repaired”.

contemporânea de modo a enfatizar o esvaziamento da perspectiva revolucionária. “A autolimitação pós-moderna ao presente como nossa única eternidade também exclui as experiências com ‘saltos no nihil’, quer dizer, tentativas na absoluta transcendência da modernidade”.<sup>29</sup>

Considerando o declínio dos movimentos revolucionários, é possível observar que o terrorismo é o único fenômeno que permanece atuando violentamente sob a expectativa de destruir a ordem estabelecida, negando-a em seu conjunto. Embora seja de fato afetado pela crescente descrença geral na luta armada e nas transformações revolucionárias, o terrorismo não se encaixa no discurso pós-moderno de fim da história, mantendo seu horizonte de expectativas diante do futuro, de modo que, mesmo com a dificuldade de transformar a sociedade, consegue perturbar profundamente o sistema ao revelar que de algum modo é “Esta democracia tão perfeita [que] fabrica seu inconcebível inimigo, o terrorismo (...)”.<sup>30</sup>

A persistência da violência numa sociedade voltada para a defesa da liberdade democrática aponta a existência de problemas no próprio sistema - nesse sentido, o terrorismo é a própria falha da sociedade comunicativa, a qual restitui o legado histórico de uso político da violência. Como ressaltou Habermas, “A espiral de violência se inicia na comunicação distorcida que se adianta à espiral da incontrolável desconfiança recíproca na quebra da comunicação. Assim, se a violência começa com a distorção da comunicação, depois de sua erupção é possível saber que havia algo errado e que precisava ser reparado”.

Hannah Arendt lembra que, “(...) aconteceu com bastante frequência na História do mundo de um povo inteiro ser arrasado, os muros da cidade demolidos, os homens assassinados e a população restante vendida como escrava, e só os séculos dos tempos modernos não quiseram mais acreditar que isso pudesse acontecer”.<sup>31</sup>

A crescente rejeição contemporânea ao uso da violência tem alicerce no desenvolvimento das armas de destruição em massa. Desde então, a possibilidade de destruição total do planeta por bombas nucleares tornou vital a consideração de uma comunidade interplanetária envolvida pelo mesmo problema da manutenção

---

<sup>29</sup> HELLER, A., *A Condição Política Pós-Moderna*, p.15.

<sup>30</sup> DEBORD, G., *A Sociedade do Espetáculo*, p.185.

<sup>31</sup> ARENDT, H., *Sobre a Violência*, p. 93.

da existência da humanidade. Se, anteriormente, fazia sentido pensar a política segundo a definição de Carl Schmitt, como “a possibilidade real de luta”, de acordo com a qual, “um globo terrestre pacificado completamente, seria um mundo sem distinção de amigo e inimigo, e conseqüentemente, um mundo sem política (...)”,<sup>32</sup> após a construção das munições atômicas, a política volta-se para a perspectiva de conciliação.

Se até pouco tempo se podia interpretar a guerra como um instrumento de seleção biológica e, entre outras coisas, de expansão da raça humana no espaço - por meio da expulsão dos mais fracos para regiões ainda inabitadas -, com a invenção da bomba atômica essa concepção ficou completamente ultrapassada: desde então o risco de extermínio das ações bélicas não está mais restrito ao microcampo ou ao mesocampo de efeitos possíveis, mas passou a alcançar a existência da humanidade como um todo.<sup>33</sup>

Desconsiderando os fracassos práticos dos organismos internacionais na resolução de absurdas guerras locais como ocorreu na Bósnia, em 1995, e acontece atualmente no Iraque, ao menos o discurso em nome da humanidade, promovido principalmente por agências humanitárias específicas tem em vista essa necessidade de estabelecimento de acordos que mantenham a convivência pacífica do globo. Após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, depois da década de 1960, considerando a influência psicológica marcante da guerra do Vietnã, o humanismo - no sentido estrito de zelo pela vida das pessoas - passou a ser cada vez mais cobrado nos assuntos relativos à política. Em última instância, não seria mais aceitável - a partir dos valores morais da sociedade ocidental - matar pessoas por qualquer motivo. Também muitos intelectuais assumiram essa tarefa de fomentar a capacidade e necessidade humana do diálogo em detrimento do uso da violência. É quase redundância dizer que as teorizações a respeito da restrição da violência acabam em defesa da via democrática. Como argumenta Karl Popper sobre essa tarefa de incriminar de todas as formas a violência em prol do discurso democrático: “só a democracia fornece um arcabouço institucional que permite a reforma sem violência e, assim, o uso da razão nos assuntos políticos”.<sup>34</sup> O autor opõe o que denomina sociedade fechada ou tribal, sujeita a forças mágicas, à sociedade aberta, ou democrática, onde há liberdade para o

<sup>32</sup> SCHMITT, C., *O Conceito do Político*, p. 58.

<sup>33</sup> APEL, K. O., *Transformação da Filosofia II. O a priori da Comunidade de Comunicação*, p. 409.

<sup>34</sup> POPPER, K., *A Sociedade Democrática e seus Inimigos*, p.18.

exercício das faculdades racionais críticas do homem. Diante da violência coloca-se a questão da racionalidade humana. A idéia de que o homem, enquanto ser racional dotado de fala, pode resolver seus problemas pelo diálogo é imediatamente contrária à humanidade irracional e passional, cujas dificuldades são remediadas pela violência.

Hannah Arendt desenvolve especificamente esse tema num dos seus trabalhos, que trata de argumentar sobre a invalidade da violência como forma de poder. Para ela, “a forma extrema de poder é o Todos contra Um e a forma extrema de violência é o Um contra Todos”.<sup>35</sup> A autora sempre esteve preocupada em responder às experiências totalitárias e estabelecer uma noção do político fundamentada na conversação e no consenso. Partindo da idéia grega de que a essência humana é a capacidade da fala (*zoon politikon*), Arendt questiona a opção pela violência, pois quando a questão é a resolução de conflitos políticos, os homens deveriam resolver pacificamente seus problemas.

Apesar do desenvolvimento da perspectiva humanista, que preserva sobretudo o valor da vida humana, no sentido de preservação da humanidade, não é possível negar que a civilização funda-se na manutenção do monopólio da violência. Portanto, a crescente rejeição contemporânea da violência política traz à tona a questão da legitimidade da violência, posto que a democracia defende a permanência do recurso à violência pela necessidade de defesa das sociedades pacíficas como forma de garantir a paz. Assim, o mesmo discurso que condena o terrorismo à ilegitimidade, admite e incita o uso da violência com a justificativa de garantir a permanência da convivência humana. John Rawls apresenta esse argumento quando defende que não haveria necessidade de guerra numa sociedade mundial constituída por democracias, pois elas “não são tentadas a guerrear exceto em autodefesa ou em casos graves de intervenção em sociedades injustas para proteger os direitos humanos. Como as sociedades democráticas constitucionais oferecem segurança recíproca, a paz reina entre elas”.<sup>36</sup>

O maior problema teórico acerca do uso da violência é o de definir a validade da violência. Habermas, ao avaliar os atentados ao WTC em Nova York, responde que a distinção entre o terrorismo político e o crime ordinário só se torna clara durante uma mudança de regime. Ou seja, o autor acredita que a

---

<sup>35</sup> ARENDT, H., *Sobre a Violência*, p. 35.

<sup>36</sup> RAWLS, J., *O Direito dos Povos*, pp. 9-10.



classificação da violência só pode ser conferida *a posteriori*. Dessa maneira, pensa que as atrocidades cometidas durante a revolução francesa foram legitimadas pelo resultado final da mudança política que impôs e os valores que assumiu. Considerando esse critério de legitimidade, o autor não imagina “um contexto em que seria possível, de qualquer maneira, fazer o monstruoso crime de 11 de Setembro um compreensível ato político”.<sup>37</sup> Curiosamente, a violência revolucionária na França é legitimada em função de um futuro outro, mais humanista. Com um argumento semelhante, Merleau-Ponty justifica sua preferência pela violência revolucionária à democrática.

Desse modo, o problema da justificação da violência depara-se com as controvérsias entre o discurso democrático e a atuação prática das democracias. Por isso a persistência do terrorismo está tão intimamente relacionada com a revelação dos problemas da própria estrutura democrática. A questão é que a afirmação da paz está historicamente fundada no monopólio da violência legalizada e no constante exercício ilícito da força. O que o argumento da violência legítima não resolve é permitir o uso da violência como garantia de pacificação e condenar o recurso violento em quaisquer outras instâncias sem poder estabelecer um critério imparcial de determinação da validade da violência e sem se reconciliar com as injustiças instauradas pelo seu constante mau uso na realidade factual passada e presente.

Retomando a formação histórica do Estado moderno, pode-se constatar que, somente quando toma para si o monopólio da força, a instância governamental adquire competência para elaborar o discurso da pacificação. Max Weber deixa bem clara essa relação entre o monopólio da força e a estruturação do Estado.

Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isso é, considerada como legítima) (...) o Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar

---

<sup>37</sup>HABERMAS, J., *Fundamentalism and Terror*. In: BORRADORI, G., *Philosophy in a Time of Terror. Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*, p. 34. “The difference between political terror and ordinary crime becomes clear during the change of regimes, in which former terrorists come to power and become well-regarded representatives of their country. Certainly, such a political transition can be hoped for only by terrorists who pursue political goals in a realistic manner; who are able to draw, at least retrospectively, a certain legitimation for their criminal actions, undertaken to overcome a manifestly unjust situation. However, today I cannot imagine a context that would some day, in some manner, make the monstrous crime of September 11 an understandable or comprehensible political act.”

monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território.<sup>38</sup>

Foi necessário à civilização um longo caminho de violências até que houvesse afirmação da paz como valor universal no século XVIII. Essa estrutura violenta, responsável pela organização e manutenção do bom funcionamento da civilização, produz um mal-estar revelado na problemática relação entre a facticidade histórica violenta e a validade abstrata da paz. Portanto, além do pacifismo ter que prestar contas de sua origem histórica violenta, também deveria sanar as mazelas sociais que sustenta materialmente seu discurso.<sup>39</sup>

De certo modo, o progresso moral da civilização ocidental foi apenas eloqüente e não se tem certeza em que medida esta retórica não esvaziou a própria necessidade concreta da pacificação. A situação humana de defender a paz e viver em guerra, ou sob a possibilidade de que ela ocorra, pelo menos em algum lugar do planeta, é, no mínimo, contraditória. Como notou Hobsbawm, “o que foi uma vez o princípio útil de aperfeiçoamento dos hábitos sociais (resolver os conflitos pacificamente e não através de brigas) se transforma em simples retórica e contra-retórica”.<sup>40</sup> Apesar do exagero desse autor, sua certificação confirma a condição incoerente da política contemporânea: negar a violência do alto de uma história impregnada de bestialidades. Como demarcou Merleau-Ponty

o respeito à lei ou à liberdade serviu para justificar a repressão policial nas greves na América; serve hoje para justificar a repressão militar na Indochina ou na Palestina e o desenvolvimento do império americano no Oriente Médio. A civilização moral e material da Inglaterra supõe a exploração das colônias. A pureza dos princípios, não somente tolera, como ainda necessita de violências.<sup>41</sup>

Ao abordar a problemática surgida na Conferência de Durban realizada pelas Nações Unidas para discutir o racismo, a xenofobia e a intolerância, Francisco Carlos Teixeira revela que um dos pontos marcantes da discussão na África do Sul foi a questão da culpa histórica dos países ricos frente ao

<sup>38</sup> WEBER, M., *A Política como Vocação*, p.103.

<sup>39</sup>HABERMAS, J., Fundamentalism and Terror. In: BORRADORI, G., *Philosophy in a Time of Terror. Dialogues with Jürgen habermas and Jacques Derrida*, p. 35. “We in the West do live in peaceful and well-todo societies, and yet the contain a structural violence that, to certain degree, we have gotten used to, that is, unconscionable social inequality, degrading discrimination, pauperization, and marginalization. Precisely because our social relations are permeded by violence, strategic and action manipulation, there are two other facts we should not overlook.”

<sup>40</sup>HOBSBAWM, E., *Revolucionários*, p.215.

<sup>41</sup>MERLEAU-PONTY, M., *Humanismo e Terror*, p.9.

subdesenvolvimento de determinadas nações. Os países pobres e oprimidos ao longo da história pelos europeus e norte-americanos fizeram referências à exploração sofrida como se a partir de então fosse o momento de acertar as contas pela escravidão e pelos colonialismos. Nesse tipo de acontecimento em que se instaura o julgamento histórico é possível perceber o desacordo entre a ordem abstrata, da validade universal, e a situação factual, dos contextos históricos particulares. Desse modo, aquilo que hoje é considerado crime, pode ter sido outrora o recurso que permitiu o desenvolvimento de algumas nações diante do subjugo de outras. Torna-se flagrante entre os ex-colonizados que se adiantam na tentativa de restituição de danos pelo males sofridos através da exoneração de suas dívidas externas, a sensação de mal-estar que persiste na política contemporânea. Isso porque esse incômodo no qual se sustenta factualmente a abstração democrática não é apenas um problema do presente em relação ao passado, mas sim, uma dificuldade permanente da conjuntura política hodierna, considerando que a exclusão material de determinados povos ainda pode ser constatada. Essa discrepância entre os valores universais humanistas e a ação prática das democracias torna-se mais visível, principalmente, com a intensificação das relações interplanetárias proporcionada pelo *boom* tecnológico dos meios de comunicação a partir da década de 1970. Desde então, as democracias capitalistas puderam difundir os ideais humanistas-ocidentais pelo planeta com maior facilidade, deixando manifestar-se a incoerente pretensão de concretizar a universalidade abstrata.<sup>42</sup>

O terrorismo não é aquele que realiza o julgamento histórico contra o Ocidente, como sugere a compreensão de alguns críticos com explicações pautadas na legitimidade histórica de uma reação violenta contra os Estados Unidos ou a Europa, mas é um fenômeno que permite compreender a instabilidade da aplicação da validade universal “aos mundos da vida tradicionais”. O recurso violento é, de certo modo, uma atualização, via guerrilha, de um mecanismo amplamente acatado politicamente antes do limiar da ilustração. Assim, se o terrorismo é extremamente novo porque pretende recriar a

---

<sup>42</sup>Com isso não se quer afirmar que globalização e universalidade sejam a mesma coisa. No entanto, é notável que a globalização, ou seja, a aproximação entre os povos, promovida principalmente pela internacionalização da economia de mercado propicia um campo privilegiado para a adoção mundial de valores universais abstratos, já que com a mundialização da cultura o Ocidente pôde difundir seus valores por todos os cantos do planeta.

história através do uso da violência espetacular, recorre à engenhosidade antiquada. Com isso não é possível concluir que o terrorismo lança o passado contra o presente, embora essa suposição não seja completamente absurda - o terrorismo é produto da mesma contemporaneidade a qual contraria. Portanto, só adquire significado se pensado como elemento de crítica a esse contexto político hodierno, que por um lado tem instaurado uma cisão entre a tradição e a universalidade abstrata, e por outro está marcado pela aparência espetacular. A negatividade do terrorismo refere-se a ambos os aspectos, pois conserva a violência tradicional lançando-a contra a ordem espetaculosa, e sobretudo contra a idéia de validade universal.

O próprio desenvolvimento da história, se observado como um processo progressivo em direção à racionalidade, preconizada pela adoção de valores universais, dentre eles o valor primordial da vida, acumula conflitos. A democracia tem que lidar com essas dificuldades sobre as quais se funda, como a promoção da miséria nos países subdesenvolvidos e a exclusão das particularidades tradicionais.

O pensamento de Wellmer sobre o terrorismo da RAF e das Brigadas Vermelhas na Alemanha e na Itália desenvolve-se a partir da constatação desse problema da afirmação da validade universal democrática. Como exposto anteriormente, o autor acredita que as modernas sociedades industriais estruturam-se sobre a perda de legitimação das suas normas básicas político-morais, dada a contradição entre suas estruturas e seu funcionamento. O autor apresenta um guia de patologias de consciência produzidas pelo déficit de legitimidade democrática, dentre elas está citada a possibilidade de redogmatização, ou seja, uma reafirmação dos valores tradicionais perdidos. Embora Wellmer não amplie sua análise de forma a pensar o terrorismo para além das práticas da RAF e das Brigadas Vermelhas, permanecendo preso ao seu argumento inicial de que as crises de legitimação desenrolam-se em sociedades democráticas desenvolvidas, é possível supor que esse impasse entre a adoção de valores universais e a maculação dos “mundos da vida tradicionais” não seja referente apenas aos casos de *défict* de legitimação democrática dos países desenvolvidos que experimentaram o fascismo, mas sim, indique a própria tensão aberta com a tentativa da instauração mundial da validade universal, pois a globalização e ocidentalização do mundo feriram, em diferentes graus, todas as formas de mundo

tradicionais. Nesse contexto de crescente afirmação da democracia, o terrorismo prosperou como forma de resistência à sua pretensa implementação universal.

Se Wellmer compreende o terrorismo alemão e italiano como a própria redogmatização, sustentando a concepção de que os indivíduos encontram na atividade terrorista uma maneira de auto-identificação e perdem de vista seus objetivos políticos, a ampliação da perspectiva do autor, permite elaborar uma conclusão contrária para o caráter geral do terrorismo.

Pensando o terrorismo como núcleo de negatividade contra a democracia, é possível inseri-lo no quadro geral da situação política contemporânea, onde se situa não como alternativa ao sistema vigente, mas sim, como última manifestação política relutante que retoma o mais tradicional mecanismo da política: a violência.

Não é sem razão que o terrorismo islâmico proveniente do Oriente Médio causa a impressão de ser o autêntico terrorismo. Além de seus atos serem os mais freqüentes atualmente, e de ser possível remeter aos terroristas islâmicos a autoria dos maiores atentados da história, os atos que provocaram maior impacto na esfera pública internacional, como o ataque aos atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique, a destruição do avião em Lockerbie, a derruba do WTC em Nova York e o recente bombardeio aos trens em Madrid; no caso do terrorismo islâmico fica mais clara a questão da incursão aos “mundos da vida tradicionais.”<sup>43</sup>

Muitos autores se referem à novidade do terrorismo islâmico, estabelecendo uma variante entre o uso do terrorismo pelos guerrilheiros marxistas e pelos fundamentalistas islâmicos: a religião. De fato, é inegável que a crença religiosa torna-se um diferencial no caso do terrorismo praticado pelos procedentes do Oriente Médio. Bruce Hoffman defende que os imperativos religiosos estão definindo as ações terroristas mais recentes. O autor analisa os atentados ao metrô de Tóquio, em Oklahoma, ao WTC (1993) e às embaixadas americanas, e, mediante os quatro exemplos conclui que a precedência religiosa é o que permite

---

<sup>43</sup>Cada um desses acontecimentos se tornou historicamente marcante, ainda que em termos de evento sensacionalista haja a possibilidade de se estabelecer uma hierarquia de importância, para cada caso é necessário considerar a conjuntura histórica que o circunda. Se hoje, o estrago ao WTC parece ser o mais fenomenal de todos os atentados terroristas isso se deve não somente à espetaculosidade dos atos em si, mas também ao contexto histórico político em que se deu, ou seja, a grande surpresa do ato ter acontecido onde e contra quem ninguém esperava. Assim, o assassinato dos atletas, cuja grandiosidade espetacular não se compara ao evento novaiorquino, também foi bastante admirável em sua época.

congregar esses eventos. Segundo Hoffman a origem destes atos não deve ser buscada nos séculos passados, mas na história contemporânea do Oriente Médio, mais precisamente, na inspiração da revolução que transformou o Irã em uma República Islâmica em 1979.<sup>44</sup>

Apesar da constatação acerca do papel fundamental da religião nas manifestações terroristas no Oriente Médio, sobretudo a partir da década de 1980, isso não significa que haja esvaziamento político do fenômeno, como se fosse plausível falar de acontecimentos estritamente religiosos. Pelo contrário, nestas circunstâncias meso-orientais, religião e política estão intrincadas como num modelo teocrático, onde não há laicização do Estado. Essa permanente combinação entre religião e política é o que caracteriza o fundamentalismo, como definiu Habermas: “Nós usamos esse predicado para caracterizar uma peculiar mentalidade, uma obstinada atitude que insiste na imposição política de suas próprias convicções e razões, até mesmo quando elas estão distante de uma racionalidade aceitável. Isso vale especialmente para as crenças religiosas”.<sup>45</sup>

O fundamentalismo prospera no Oriente Médio como sustentáculo das tradições. Após sofrer processos de colonização e imperialismo, essa cultura islâmica apóia-se na tradição religiosa para fundar Estados independentes do Ocidente destruidor. A teóloga Karen Armstrong observou que o fundamentalismo islâmico cresceu após o fracasso do nacionalismo secular dos anos 50 e 60 nos países do Oriente Médio. Para a autora, é na esteira da crise econômica e das derrotas militares dos anos 70 que os fundamentalistas ganham força. A revolução Iraniana tornou-se o ideal de todos esses religiosos que pretendem instaurar um Estado de Alá na Terra. No entanto, se é possível notar a autoridade política da religião, aspecto que poderia ocasionar a suposição sobre uma pré-modernidade da política no Oriente Médio, isso não significa propriamente que estejam fora da modernidade ou contra ela.

---

<sup>44</sup> HOFFMAN, B., *Inside Terrorism*.

<sup>45</sup> HABERMAS, J., Fundamentalism and Terror. In: BORRADORI, G., *Philosophy in a Time of Terror. Dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida*, p.31. “We use this predicate to characterize a peculiar mindset, a stubborn attitude that insists on the political imposition of its own convictions and reasons, even when they are far from being rationally acceptable. *This holds especially for religious beliefs*”. O uso do termo fundamentalismo nesse trabalho não deve ser compreendido em seu sentido negativo, apesar de diversos autores aplicarem-no com essa conotação. Tratamos por fundamentalismo esses movimentos nacionalistas que se fundamentam na religião islâmica para alcançar objetivos políticos, sem desconsiderar as implicações entre cultura e política.

A discussão sobre a pré-modernidade dos fundamentalismos islâmicos é ampla e não há como abordá-la neste trabalho. Apontar-se-á a principal controvérsia sobre o assunto tendo em vista a questão desse estudo: ao mesmo tempo em que se mantém como pré-modernos, isto é, podendo ser classificados por tal denominação pelo fato de não terem atingido a mesma modernidade nos moldes do Ocidente, de um Estado laico, onde a religião é restrita à questão privada, os terroristas meso-orientais abraçaram ideologias ocidentais como, por exemplo, o marxismo, e estiveram bastante envolvidos com questões nacionalistas. Os primeiros grupos terroristas da região estavam comprometidos com as pretensões comunistas e inclusive mantinham contato com parceiros ideológicos no Ocidente. Houve casos de atentados executados em conjunto entre terroristas islâmicos e ocidentais. Claire Sterling fala de uma Internacional Terrorista que teria funcionado nas décadas de 70 e 80, onde havia patrocínio e apoio de Cuba e países árabes, principalmente, da Líbia de Khadafi. Se é um exagero conceber os contatos entre os terroristas como uma rede internacional aos moldes da Internacional Comunista, interligada e funcional, atuando em torno do mesmo objetivo, também não se pode negar que houve comunicação e troca de informações. No entanto, mesmo que houvesse, neste período, um encaminhamento marxista comum e uma orientação anti-imperialista, isto provavelmente era apenas um elo de comunicação entre os terroristas, pois perseguiram objetivos práticos distintos. Alguns estavam mais preocupados que outros com o desenrolar de uma revolução comunista mundial, como o Baader-Meinhof e as Brigadas Vermelhas, enquanto outros se interessavam mais pelos seus entraves diretos, próprios de seus países, como o ETA e o IRA. Os meso-orientais sempre foram muito marcados por suas perspectivas nacionalistas ou culturalistas donde prospera o fundamentalismo. O esvaziamento da expectativa comunista e a perda de referenciais propriamente nacionalistas como Khadafi e Nasser promoveram a afirmação do fundamentalismo e do terrorismo. O apego à religiosidade e a pretensão de fundar Estados religiosos, de algum modo, foram prolongamentos da aspiração nacionalista, entendida como resistência político-cultural ao desmoronamento das tradições provocado pelas intervenções ocidentais.

Nesse sentido que Habermas vê que a diferença entre o fundamentalismo islâmico como uma tendência contemporânea e as práticas fundamentalistas da

idade moderna está na “reação defensiva contra o medo de uma violência desgarrada dos tradicionais modos de vida”.<sup>46</sup> Na circunstância islâmica, é flagrante a combinação entre desestruturação do mundo tradicional e a necessidade de compensar os prejuízos, tornando inseparáveis a causa cultural e a motivação política. Assim, se há uma enorme carga religiosa nas intenções dos terroristas islâmicos, essa questão deve ser entendida como um problema político - trata-se de disputa por autonomia político-cultural.

No mundo do crescente esvaziamento das alternativas políticas, no qual o confronto se restringe quase completamente à esfera legalizada, não restando muitas manifestações contra a estrutura do sistema, diz-se que o maior conflito político é o “choque de civilizações”, e não aquele antigo combate entre distintas propostas de organização político-social, como se viu desenrolar entre liberalismo e comunismo ou entre democracia e totalitarismo. Considerando a dificuldade que o terrorismo tem para se afirmar como alternativa ao sistema, seu encontro com outra cultura parece-lhe conveniente e torna verossímil essa concepção de confronto de civilizações. Contudo, apesar da particularidade do florescimento do terrorismo no Oriente Médio devido aos estímulos dos anseios religiosos, deve ser ressaltado seu envolvimento com o marxismo e o nacionalismo, que demonstra a semelhança entre o seu desenvolvimento e o de seus congêneres ocidentais.

Mesmo que o terrorismo não se resuma a sua vertente islâmica, lembrando a permanência ativa de grupos com ideais nacionalistas e marxistas, e não possa ser compreendido como manifestação de ortodoxia religiosa, a situação do Oriente Médio deixa mais flagrante o problema da aplicação da validade universal abstrata aos “mundos da vida tradicionais”.

Se em perspectiva objetiva pode-se ver um mundo comum a toda a humanidade, que já está envolvida, quer queira ou não, pela ameaça de destruição do planeta, na prática não há uma comunidade internacional que distribua de forma justa os riscos, os prejuízos e as benesses da humanidade. “O crescimento dos sistemas e redes favorece a multiplicação dos contatos e informações

---

<sup>46</sup>Ibid., p.32. “There is probably a motif that links the two phenomena you mention, namely, the defensive reaction against the fear of a violent uprooting of traditional ways of life.”



possíveis, mas não estimula per se a expansão de um mundo intersubjetivamente compartilhados”.<sup>47</sup>

Os valores ocidentais foram disseminados para o Oriente desestruturando as comunidades tradicionais através das colonizações. Mas os meso-orientais, e todo o mundo subdesenvolvido de modo geral, só conhecem uma face da cidadania universal, a que requer o reconhecimento e o respeito pela liberdade jurídica internacional, a que garante acordos comerciais e preservação do status pacífico. Francisco Carlos menciona o exemplo da delicada situação de desigualdade dos trabalhadores estrangeiros nos países ocidentais, destacando que o outro lado da cidadania ocidental é detectar e excluir os cidadãos de determinadas partes do mundo. Assim, a pretensão universalista encontra obstáculos justamente quando deve ser aplicada, e a incongruência entre validade e facticidade traz novamente à luz a discussão sobre o caráter da validade. Como destacou Habermas, “A cidadania democrática desenvolve sua força de integração social - ou seja, gera solidariedade entre estranhos - quando pode ser reconhecida e apreciada como mecanismo essencial que assegura a infra-estrutura legal e material das formas de vida efetivamente preferidas.”<sup>48</sup>

Visualizando esse quadro de mal-estar contemporâneo, é possível conceber a prosperidade do terrorismo. No contexto específico do Oriente Médio, após anos de intervenções ocidentais e tentativas de desestruturação das culturas locais, renasce no fim do século XX, a possibilidade de restauração da comunidade pelos laços do islamismo. A expectativa de instaurar um Estado religioso por meio de uma revolução aos moldes iranianos e de se ver livre da influência ocidental move isso que cada vez mais teima em permanecer como resistência cega: a máquina terrorista. Neste ponto, é possível entender também porque o terrorismo é a arma comum a muitos movimentos nacionalistas, que assumem a condição de vítima diante da perda de “mundos da vida tradicionais”. Mas independentemente do seu objetivo político particular - nacionalismo, islamismo, comunismo - o ato terrorista alcança esse posto de se manter hostil à pretensa realização da história universal como democracia abstrata.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup>HABERMAS, J., *Realizações e Limites do Estado Nacional Europeu*. In: BALAKRISHNAN, G. (org.), *Um Mapa da Questão Nacional*, p. 308.

<sup>48</sup>Ibid., p. 306.

<sup>49</sup>É curioso pensar que a defesa do comunismo pode assumir um papel de defesa dos costumes tradicionais de uma sociedade, considerando que o marxismo, como teoria universalista, visa a

No momento em que a democracia e o capitalismo tardio se sentem cada vez mais seguros, como se tivessem alcançado indiscutível vitória, o terrorismo obteve sua maturidade. Desde então, é possível reconhecer um terrorismo autônomo e desenvolvido, dentre o qual fulgurou o terrorismo islâmico. Aí parece que o terrorismo toma consciência de seu significado, deixando de ser um caminho para o futuro para se realizar *efetivamente* como resistência no tempo presente - a relutância concretiza-se na ambiciosa destruição de alvos simbólicos. Embora o conteúdo terrorista permaneça agarrado à aspiração de cumprir uma transformação histórica, seja a realização da revolução comunista ou a da revolução religiosa; no caso dos atentados islâmicos, o anti-americanismo adquire aparência de vingança. A violência assume o aspecto de algoz da história, que executa a sentença contra os Estados Unidos e a Europa. O caráter de represália dos atentados islâmicos no Ocidente deixa transparecer a relutância do passado não-democrático atualizado na violência espetacular contemporânea contra o presente que se quer eterno.

A persistência do terrorismo sugere a não realização da democracia, ou seja, a incoerência da transposição de valores universais aos “mundos da vida tradicionais”. A não-aplicabilidade do universalismo tem sua face mais negra no terrorismo; entretanto seu significado de negação apresenta a contraditória viabilidade desse projeto iluminista.

A tensão entre facticidade e validade, para usar a expressão de Habermas, tem o terrorismo como sintoma - essa tensão seria o próprio mal-estar contemporâneo, para fazer uma alusão a Freud,<sup>50</sup> já que a civilização se desenvolve a partir de contextos históricos particulares e violentos, onde está em

---

implementação de uma revolução universal que também acaba ferindo os “mundos da vida tradicionais”. No entanto, da mesma forma como no islamismo, também universalista, ambos os discursos adquirem posicionamentos tradicionais porque se colocam ao lado das lutas culturalistas das minorias. Assim, o islamismo, ainda que precedido por ideais universais, revela-se defensor de valores tradicionais da cultura meso-oriental, tal como o marxismo na década de 1960 associou-se às lutas de libertação nacional e até hoje é reverenciado pelos terroristas bascos, por exemplo, como meio de libertar-se do jugo espanhol e manter viva a tradição basca. Ocorre que, desde a progressiva expansão do capitalismo e dos valores ocidentais para todo o globo, a proteção das tradições locais ou libertação para o exercício de culturas locais tornam-se bandeiras comuns.

<sup>50</sup>Pensando a permanência da violência no mundo democrático seria interessante aprofundar-se na questão da violência como pulsão, que resiste à civilização. A sedução pela violência remete, para além da possibilidade de garantir poder, ao problema dos instintos humanos. A civilização ocidental extinguiu ou monopolizou o uso da força, tal como adestrou sentimentos e desejos, portanto contrariá-la por meio da violência pode aparecer como a retomada desse recurso não desenvolvido, embora no caso do terrorismo o mecanismo violento se manifeste com a nova roupagem da espetaculosidade.

jogo a luta, e alcança a defesa de ideais abstratos que se chocam com essa tradição. A contradição do Estado moderno, de ser fundado pela violência e garantir sua permanência segundo o monopólio da mesma, para a partir daí promover os ideais de liberdade, torna possível o aparecimento da manifestação terrorista.

Perceber a possibilidade de concretização do terrorismo, no sentido subjetivo do choque proporcionado pelas imagens, e compreender que essa possível realização manifesta o significado de negatividade que o terrorismo adquire, considerando sua posição política na vida política contemporânea, não se constitui numa valorização desse tipo de política violenta e sensacionalista, mas na constatação de que não é tão fácil à civilização abandonar seus mecanismos habituais em busca de valores abstratos cuja facticidade ainda não se pode ser verificar.